

IDOSO E MÚSICA EM UM CEMASI DO RIO DE JANEIRO

O presente capítulo trata da análise dos dados coletados no campo. Sua constituição foi demarcada pela condição de pesquisador e profissional da instituição que supervisionava as atividades do grupo estudado.

Realizamos a coleta de dados a partir de entrevistas semi-estruturadas com os participantes dos grupos, como também colhendo informações e impressões registradas em relatórios institucionais e através de anotações do diário de campo. Durante a observação participante realizada junto ao Grupo de Convivência buscamos investigar a reação das idosas às atividades com música.

Alguns apontamentos a respeito da conjuntura presente durante a pesquisa são importantes para uma melhor clarificação das relações entre a SMAS, a área de abrangência do CEMASI e o Grupo de Convivência de idosos. A indicação destas conexões objetivam favorecer um quadro geral das relações e estruturas que influenciavam a execução desse grupo, bem como apontar algumas das condicionantes sociais e institucionais que determinaram a produção de algumas das representações de seus integrantes. Tais representações foram coletadas em meio à observação participante realizada junto às idosas. Utilizamos a música como uma forma de propiciar a eclosão dessas representações. Através do uso do violão, canto, percussão e músicas gravadas, procuramos estimular no grupo a criatividade, o resgate da memória (individual e coletiva), a expressão emocional, a eclosão de concepções e a reflexão sobre temáticas sociais.

Pensar sobre o atendimento que era prestado pelo CEMASI exige que se compreenda o conjunto de alterações sofridas pela instituição, inclusive em sua área de abrangência, em seu espaço de atuação.

4.1

O CEMASI São Judas Tadeu

A área de abrangência do CEMASI São Judas Tadeu correspondia aos bairros: Cosme Velho; Jardim Botânico; Humaitá e Lagoa. Posteriormente seu espaço de atuação ficou restrito ao bairro do Cosme Velho. Esta reordenação legou aos técnicos do CEMASI incertezas quanto à área que viria a ser assistida.

O maior número de demandas em atendimentos sociais provinha de moradores das Comunidades de Guararapes, Vila Cândido e Cerro-Corá, por conta da maior proximidade de suas residências com o CEMASI.

Devido à localização da instituição ser na divisa com o bairro de Santa Tereza, alguns moradores das Comunidades do Fogueteiro e Comunidade dos Prazeres também buscavam atendimento no CEMASI. Estas comunidades estão na área de abrangência, que coordena as ações de assistência social na região do Centro da Cidade, Gamboa e Santa Tereza. Coube ao Nível Central da SMAS as determinações quanto às definições mais específicas da nova área de abrangência.

Quanto a esta reordenação da área do CEMASI, estimava-se que tenha se dado por conta do índice de Desenvolvimento Humano dessas áreas ser elevado e, do ponto de vista da gerência da Secretaria, não justificar a atenção do CEMASI, enquanto que os recursos humanos e financeiros utilizados neste poderiam ser transferidos para uma área com maior concentração de exclusão social.

De acordo com os indicadores sócio-demográficos do ano 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos bairros mencionados é:

- Cosme Velho – 0,878
- Jardim Botânico – 0,957
- Humaitá – 0,959
- Lagoa – 0,959

O IDH constitui-se como um instrumento de avaliação socioeconômica comum aos estudos dos impactos efetivos de projetos e programas sociais sobre uma determinada área. Porém, como a área de abrangência anterior possuía alguns focos de pobreza e denúncias de violência doméstica, inclusive em domicílios de classe média alta, compreendemos, desse modo, que as avaliações "técnicas", ao

utilizarem o Índice de Desenvolvimento Humano como único recurso para uma pesquisa de determinada localidade, coletam informações parciais e superficiais.

Posteriormente foi divulgado que aos dados do IDH foram integrados cálculos e avaliações a respeito de um padrão de extensão territorial e exclusão social para cada CEMASI, de forma a evitar a sobreposição de áreas atendidas pelos CEMASI relativamente próximos, além de otimizar recursos e prestar a assistência às áreas mais precarizadas.

O CEMASI São Judas Tadeu estava situado no Complexo dos Guararapes, que se localiza no bairro do Cosme Velho e se constitui pelas Comunidades dos Guararapes, Vila Cândido e Cerro-Corá.

A ocupação de cada uma das comunidades foi diferenciada tanto no tempo quanto na origem dos moradores. Estes promovem uma re-significação do espaço ao subdividirem alguns trechos das comunidades em partes menores através de classificações e hierarquizações do espaço por conta da dinâmica de ocupação, da história local, das rixas entre os moradores e da presença do tráfico de drogas.

As informações acerca da ocupação das comunidades foram colhidas através de relatos de alguns moradores e pela consulta a uma pesquisa realizada pela primeira turma do Projeto Agente Jovem. Esse levantamento estava disponível no CEMASI.

A Comunidade dos Guararapes foi a primeira do complexo. Seu surgimento se deu, aproximadamente, no ano de 1940, no *Largo do Vinte*. Alega-se que o terreno anteriormente era um cemitério. Essa comunidade teve início com a construção de dez casas, aumentando em 1953 para trinta e seis. Os moradores delas são originários da Paraíba, Minas Gerais e do município de Maricá, no Rio de Janeiro. Uma referência marcante dessa comunidade é a *Creche Tia Amália*, localizada no Largo do Vinte. O nome dessa creche homenageia uma líder da comunidade que era parteira. Esta creche era comunitária e foi municipalizada. Atualmente é um aparelho da *Secretaria Municipal de Educação* e também abriga a atual sede da associação de moradores, que representa todo o complexo.

A região possui uma quadra de esportes coberta, na comunidade do Cerro Corá. Na comunidade dos Guararapes encontra-se um pequeno campo de futebol (próximo à região conhecida como "Cantão") e uma escola, a Escola Municipal Cândido Guararapes.

Segundo os moradores, na comunidade dos Guararapes havia um bloco de carnaval que atualmente encontra-se desativado e um grupo de Festa Junina. Atualmente este grupo retoma suas atividades, realiza ensaios e se apresenta nas comunidades e fora delas durante todo o ano. Há alguns grupos de coreografia “*funk*” que ensaiam e se apresentam nos bailes da região.

A estimativa do surgimento da comunidade do Cerro Corá retoma ao ano de 1955, com três barracos feitos de caixote. Em 1962 apresentava dez casas. Inicialmente alguns de seus moradores eram originários do Nordeste e de Minas Gerais. Décadas antes das obras do Projeto Favela Bairro a comunidade se organizou em mutirões comunitários para a realização de obras para infra-estrutura básica.

A comunidade de Vila Cândido talvez possua seu nome por conta de um antigo morador chamado Cândido. A comunidade teve início com a compra do terreno deste por uma moradora e com a construção de cinco casas. Posteriormente o terreno foi sendo ocupado. Não há registro da data estimada de seu surgimento.

As comunidades são atendidas pelo trabalho dos Garis Comunitários, mantidos pela administração pública municipal que, sob a supervisão da Associação de Moradores de Guararapes, mantém a coleta de lixo nas três comunidades e junto ao Rio Carioca, que beira a comunidade dos Guararapes, realizando um trabalho de reciclagem e venda do material recolhido.

Dentro do Complexo não há postos de saúde, entretanto o Hospital Adventista Silvestre, que é uma instituição particular, localizado na interseção das comunidades, desenvolvia um trabalho filantrópico com os moradores, realizando atendimentos médicos, exames, além de prestar atendimentos de emergência. Tais atendimentos se davam por agendamento a partir do contato com o setor de serviço social do hospital.

A ONG “Se Essa Rua Fosse Minha” desenvolve atualmente atividades de cunho cultural e artístico (arte circense) com crianças e adolescentes das comunidades. Utiliza o espaço da quadra localizada na Comunidade do Cerro-corá. A ONG “O Nosso Papel” desempenhava atividades de reciclagem de papel e cartonagem. Esta utilizou parte das instalações de uma Igreja Batista, localizada em frente ao complexo. Posteriormente teve suas atividades transferidas para o espaço

da Associação de Moradores do Cerro Corá, que até então estava ocioso por conta do fechamento dessa associação por determinação do tráfico de drogas da região.

De acordo com a placa de inauguração, o CEMASI foi oficialmente aberto em julho de 2001, entretanto suas atividades haviam sido iniciadas no ano 2000, com o objetivo de atender as demandas sociais apresentadas pelas famílias residentes nos bairros da área de abrangência.

Segundo informações colhidas em documentos do arquivo da instituição, o CEMASI foi construído pelo Projeto Favela Bairro, da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de dar resposta às demandas das comunidades citadas, através do atendimento às crianças com a faixa-etária acima de 07 anos, tendo em vista que estas permaneciam nas ruas após o turno escolar e se ocupavam muitas vezes como acompanhantes de turistas (eram chamadas de "Guias do Corcovado"), devido à proximidade das comunidades com o Cristo Redentor. Essa atividade vinculada ao turismo na região se configura como um incremento da renda de muitas famílias. Porém a mesma compreende um dos catalisadores do risco social para jovens e crianças na localidade. Tal entendimento justifica-se porque essa atividade (muitas vezes remunerada em moeda estrangeira) pode expor, desde cedo, crianças e adolescentes ao contato com o Tráfico de Drogas e o turismo sexual.

Percebe-se através de relatos e da observação diária que essa atividade não é recente, porém tem se intensificado e organizado nos últimos anos. Dela participam crianças, adolescentes e alguns adultos. Essa prática é predominantemente masculina. Tal condição pode ser interpretada como um código de conduta construído na relação entre as gerações dos moradores da comunidade.

O CEMASI funcionava das 08 às 17 horas, de segunda a sexta-feira. Seu prédio possui dois pavimentos, com 04 salas para realização de atividades, 03 banheiros, 01 sala para o serviço social e 01 sala dedicada à Direção e ao setor administrativo. Seu terreno foi comprado pela prefeitura e a família que o vendeu mora ao lado da instituição. Uma de suas moradoras freqüenta o Grupo de Convivência de idosos.

A instituição era mantida através de orçamento da prefeitura. Este é depositado em dois fundos com valores diferenciados. O que concentra mais recurso era administrado pela CRAS 2.1 e era utilizado no pagamento de água, luz e obras de médio e grande porte. O fundo com menor recurso compunha o Sistema

Descentralizado de Pagamento (SDP), também chamado, informalmente, de "fundinho" pelos funcionários da SMAS. Este fundo pode ser utilizado para compra de material para instituição e pequenas obras.

Inicialmente o CEMASI contou com assistentes sociais terceirizados para o atendimento social. Essa condição imprimiu uma descontinuidade no acompanhamento social dos projetos e das famílias. O trabalho do serviço social na instituição somente veio a se constituir enquanto setor após a chegada de assistentes sociais via concurso público. Apesar dessa descontinuidade, o trabalho desempenhado pelos assistentes era demandado pelas comunidades por conta das necessidades sociais dos moradores pelo acesso aos benefícios sociais e projetos do CEMASI, principalmente aqueles voltados para o atendimento às crianças e aos idosos. Tal conclusão se fundamentou por meio da análise de restrito material disponível sobre a história do serviço social na instituição.

No final de 2003 foram destinados para o CEMASI dois Assistentes Sociais concursados, entretanto apenas um permaneceu. Em março de 2004 foram alocados dois novos técnicos, sendo que um foi selecionado para atuar na Escola Carioca (órgão criado para fomentar a capacitação contínua dos parceiros e funcionários da prefeitura). Em maio deste ano, houve a chegada de mais um assistente social e em julho, a partir da ocorrência de irregularidades na gestão do equipamento (uso clientelista de vagas e recursos de projetos sociais), a direção do mesmo foi exonerada e um dos assistentes sociais da instituição foi convidado pela coordenação da CRAS 2.1 a assumir esse cargo.

Desde então o CEMASI encontrou-se em fase de reestruturação dos programas e projetos sociais, assim como realizou articulações com as instituições, especialmente as localizadas no entorno, visando ampliar a garantia de serviços e acesso aos direitos dos usuários.

Diante do aumento da demanda dos programas e projetos sociais, observou-se a necessidade de ampliação do quadro de técnicos, tanto de Assistentes Sociais, quanto de pessoal administrativo para um melhor acompanhamento das atividades desenvolvidas. No entanto, diante da reestruturação da área de abrangência do CEMASI (sua redução ao bairro do Cosme Velho) e indefinição quanto ao destino da instituição, seus recursos financeiros e humanos, a lotação de novos técnicos tornou-se inviável.

As atividades que foram desenvolvidas no interior do equipamento corresponderam ao: PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Programa Agente Jovem, Projeto “Conversando é que a gente se entende”, Grupo de Convivência de Idosos, Atendimento Social do setor de serviço social e Pouso da FUNLAR.

A Equipe da FUNLAR faz parte do Programa de Reabilitação de Comunidades (PRC). Nesse programa uma equipe multidisciplinar atende aos portadores de deficiência que não têm condições de se locomover, com regularidade, até os aparelhos da FUNLAR. Esta equipe, que assiste parte da região da zona sul, utilizou o espaço do equipamento como pouso para a realização do mapeamento da área e atendimento das pessoas portadoras de deficiências residentes nas comunidades. Esta equipe vinha ao CEMASI a cada quinze dias e atendia aos casos encaminhados pela equipe do CEMASI.

O Atendimento Social desenvolvido no CEMASI correspondia a diversas ações junto aos usuários. As modalidades de Atendimento Social realizadas correspondiam às *visitas domiciliares* e a *prestação de informação* junto aos usuários no CEMASI.

Compreendemos que essa categoria, Atendimento Social, não é tão adequada porque todo tipo de trato com os usuários de modo profissional compõe uma variedade de atendimento social.

Outra modalidade de atendimento foi realizada através do *acompanhamento dos projetos*. Este se realizava por meio da atuação de um assistente social.

Dessa forma, o Projeto Agente Jovem apresentava um atendimento que possuía um cunho sócio-educativo. A duração desse projeto em cada CEMASI está prevista para 12 meses e envolve cerca de 20 jovens. Oferece uma bolsa de R\$ 60,00 mensais como estímulo e é voltada para os Jovens entre 15 e 18 anos, residentes em comunidade de baixa renda beneficiadas por obras urbanísticas do projeto Favela-Bairro. Os objetivos do projeto são: o fortalecimento da estima dos jovens; estímulo de sua capacidade crítica; autonomia; consciência de seus direitos; consciência ecológica e desenvolvimento tanto de sua inserção na sociedade, quanto sua preparação para a vida e o mundo do trabalho.

As atividades sócio-educativas se davam através de vivências, sensibilizações e capacitação em torno de conteúdos e práticas a respeito de

temáticas voltadas para a Cidadania, Saúde, Ética, Habitação, Relações Humanas, Políticas Públicas e Meio Ambiente.

Estas atividades eram divididas em dois núcleos: básico e específico. No primeiro seria trabalhado o conteúdo geral do projeto e no segundo seria desenvolvido o processo para a formação de agentes multiplicadores. Porém, o segundo núcleo não foi alcançado pelo grupo e posteriormente o mesmo foi fechado. Entendemos que essa dificuldade em consolidar esse grupo se deu por conta da associação de condições conjunturais presentes nas comunidades (tais como a falta de perspectiva do jovem, proximidade com a violência e a desvalorização das intervenções do Estado), pela forma inicial como os integrantes desse projeto foram selecionados pela direção da instituição, excluindo o setor de serviço social do processo, por certa “apatia” desses jovens em se envolver com os objetivos do projeto e pela descontinuidade presente tanto na mudança contínua de instrutores, quanto na supervisão destes pela ONG executora das atividades.

Além do serviço social, a equipe de funcionários era composta por uma técnica administrativa, três dinamizadores (dois do PETI e um do Agente Jovem), duas assistentes de limpeza e lanche (sendo uma terceirizada e a outra a agente comunitária, funcionária da prefeitura, que trabalhou como dinamizadora do Grupo de Convivência de idosos na fase final deste), e dois auxiliares de serviço geral (que cumpriam o papel de vigias noturnos).

No CEMASI a Organização Não Governamental (ONG) que gerenciava o projeto Agente Jovem era o Grupo de Defesa Ecológica (GRUDE). Esta apresentava experiência em conscientização ecológica e capacitação de monitores ambientais.

Além deste projeto com adolescentes, desenvolve-se no CEMASI o Projeto "Conversando é que a gente se entende". Ele se deu através do convênio realizado entre a Fundação Fé e Alegria do Brasil e a SMAS.

Sua proposta era a realização de encontros em que os usuários pudessem desenvolver a reflexão, o senso crítico, a participação e a busca por soluções de situações problemáticas presentes em sua realidade. Tais reuniões eram permeadas com dinâmicas de grupo, debates e vivências em torno de temas propostos. Em termos formais, o projeto previa a readequação desses temas conforme a demanda dos usuários. Dentre as temáticas propostas pela ONG,

destacaram-se as discussões sobre Gênero, Família, Direitos, Violência, Saúde, Ecologia, Preservação e Cuidado.

O projeto ocorria toda quarta-feira pela tarde. Com a meta original de trabalhar com mulheres em idade reprodutiva, contava com a participação de adultos e principalmente dos idosos que freqüentavam o Grupo de Convivência ou já tinham feito parte deste.

Através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) os CEMASI prestam atendimento a 50 crianças (25 em cada turno) ente 07 e 14 anos que estejam realizando trabalhos em sistema domiciliar, no campo ou qualquer atividade laborativa. Visa o fortalecimento da escolaridade, o combate à evasão escolar. Este programa busca realizar um atendimento às crianças através da realização de atividades lúdicas e culturais fora do horário escolar, no chamado *horário complementar*.

Uma característica das comunidades atendidas pelo CEMASI São Judas Tadeu é a de que a maioria das crianças vinculada ao PETI estava fora do perfil do programa, pois existem poucos casos de trabalho infantil, propriamente dito (esse perfil é mais comum em áreas rurais). Foi priorizada a condição de exposição da criança ao "*risco social*", termo empregado para caracterizar a condição de abuso sexual, afastamento da escola, perda de laços familiares e envolvimento com drogas e com a criminalidade.

O desenvolvimento do programa era realizado a partir da atuação de um dinamizador, que trabalha 20 horas semanais, podendo ser acompanhado por um auxiliar.

O contrato de trabalho estabelecido entre a prefeitura e a ONG prevê o desligamento para contratação de novos profissionais a cada dois meses. Tal arranjo foi denominado como uma "*experiência metodológica*". Entendemos que esta estrutura seja uma forma de precarização do trabalho na área social. Essas condições de trabalho ofereciam sérias dificuldades junto aos participantes do projeto, que estavam em formação e tinham na figura dos dinamizadores uma referência significativa, porém, que acabava sendo continuamente modificada.

Como é possível observar, tanto os projetos vinculados aos jovens quanto às crianças apresentavam a mesma condição de trabalho aos dinamizadores que, por sua vez, possuía rebatimentos junto ao atendimento aos usuários.

Essa realidade configurou mais uma das facetas contraditórias da instabilidade e focalidade das ações assistenciais de que trata Yazbek (1993), pois a mencionada estrutura propiciava pouco estímulo para dinamizadores e crianças, por conta do desenvolvimento do trabalho ser prejudicado pela sua curta duração, e, portanto, descontinuidade de um processo de interação e troca.

Essa descontinuidade apontada pela autora, entretanto, não era exclusiva do atendimento a esses projetos. Os trabalhos realizados junto aos idosos também foram demarcados pelo impacto das mudanças político-administrativas da SMAS e conseqüente instabilidade nos benefícios sociais, coordenação e dinamização do Grupo de Convivência, bem como na freqüência de seus integrantes.

4.2

A Assistência Prestada no CEMASI

O trabalho realizado pelo CEMASI junto aos idosos do Grupo de Convivência se dava há cerca de quatro anos. Inicialmente o grupo possuía a supervisão de uma assistente social, que era funcionária pública concursada da prefeitura e era coordenado por uma dinamizadora social terceirizada. Realizavam-se trabalhos manuais, festas comemorativas, passeios e debates sobre as condições dos idosos. Esse trabalho corresponde a um dos projetos do *Programa Rio Experiente* e atualmente ainda é realizado em vários CEMASI do Município. Até o final de 2003 o grupo possuía cerca de trinta inscritos, funcionava uma vez por semana e tinha disponíveis cerca de dez cestas-básicas para casos elegidos pela direção da instituição como de risco social, ou simplesmente por que tinham sido os primeiros a participar do grupo e estavam esperando-as a mais tempo. Em meados de 2003, o programa Rio Experiente migrou da até então SMDS para a SETI, continuando a ser realizado nos mesmos espaços, tais como os CEMASI, ou mesmo nas associações de moradores de algumas comunidades. Por conta de mudanças político-administrativas o programa, como um todo, sofreu uma série de reordenações em seu desenvolvimento. Dentre estas a demissão dos dinamizadores e o cancelamento das cestas básicas. Após a demissão da dinamizadora e término do programa de cesta básica, o grupo sofreu retração em seu número e instabilidade em sua dinâmica.

Diante da lotação de novos assistentes sociais concursados e cedidos a SETI, os Grupos de Convivência continuaram algumas de suas atividades.

A vinda de uma agente comunitária e uma assistente social uma vez por semana possibilitou a continuidade do trabalho e o retorno progressivo de alguns integrantes. Essas profissionais desenvolveram com o grupo atividades com artesanato para geração de renda. O grupo, inicialmente, vendeu algumas de suas produções e posteriormente utilizou o dinheiro para a compra de mais material para a manufatura dos objetos. As profissionais atendiam às diversas comunidades na Zona Sul e, especificamente, no CEMASI São Judas Tadeu buscaram estimular a autogestão do grupo a partir deste trabalho com artesanato, para que o mesmo propiciasse autonomia e integração entre os idosos. Até que os arranjos político-administrativos reconfigurassem, novamente, a condição dessas profissionais, o atendimento ao trabalho apresentou resultados positivos na motivação dos integrantes, assim como no aumento de sua frequência nas atividades.

Posteriormente novas reordenações político-administrativas trouxeram a maioria dos assistentes sociais que estavam cedidos a SETI para a SMDS, agora denominada de SMAS, como foi explicitado acima. De acordo com as determinações do Gestor da SMAS, esses técnicos seriam disponibilizados para as CRAS, de modo que estas decidissem aonde seriam lotados. Tal decisão se fez de acordo com as prioridades e demandas de cada CRAS. Alguns desses técnicos foram lotados em CEMASI.

Desse modo, mais uma vez, o grupo de idosos do CEMASI São Judas Tadeu, bem como outros grupos, teve de se adaptar às mudanças que, para eles, apresentaram-se tão repentinas e de difícil compreensão.

Esse conjunto de mudanças político-administrativas na gestão e andamento dos programas e projetos pode ser compreendido como expressão da contradição da área assistencial, que segundo Yazbek (1993) se por um lado garante a atenção e proteção dos sujeitos em vulnerabilidade, por outro, muitas vezes, reforçam a condição de pobreza por conta de atendimentos sociais não integrados e descontínuos.

O desenvolvimento das atividades voltadas para o acompanhamento dos Grupos de Convivência continuou sendo realizado nos CEMASI pela equipe técnica deste através da interação das figuras do assistente social e do agente comunitário, porém a gestão administrativa dos grupos ainda estava ligada à gerência da SETI. A

forma como esse arranjo é dado ainda não está tão clara para técnicos de ambas as Secretarias e muito menos para os usuários. Buscando dar continuidade ao trabalho até então desenvolvido, foi estabelecida uma parceria entre as Secretarias, pois a SETI, enquanto uma Secretaria especial, não possuía orçamento, pessoal ou mesmo espaço próprio condizente com a proporção do que era e, de certa forma, ainda é realizado pela SMAS.

Dessa forma, a execução das atividades com os Grupo de Convivência de idosos ficou sob o encargo dos CEMASI em um esquema de parceria com a SETI, que os coordena.

No CEMASI São Judas Tadeu coube a nós realizar a supervisão desse grupo, programando e acompanhando as atividades e prestando assistência aos participantes. Uma das funcionárias do CEMASI, que é agente comunitária e responsável pela preparação dos lanches para os usuários dos programas realizados neste, tem cumprido, por determinação da CRAS, o papel de dinamizadora do grupo de idosos, principalmente junto às atividades de cunho manual. Este grupo de idosos, em sua última formação, era composto por 12 mulheres, na sua maioria com mais de sessenta anos e moradoras das comunidades de baixa-renda do Cosme Velho.

Deste modo, a pesquisa foi realizada em meio às minhas atribuições como assistente social do CEMASI. O acompanhamento do grupo de idosos incluiu não só o planejamento de atividades, mas também a execução de dinâmicas com música, o debate sobre questões de caráter informativo, histórico e cultural, bem como a participação em eventos e passeios que programamos juntamente com equipe do CEMASI.

Essas atividades eram realizadas durante a semana (terças e quintas), pela tarde. O Projeto “Conversando que a gente se entende”, realizado nas quartas à tarde, foi prestigiado desde o início por integrantes do grupo. Houve um período, durante a realização do Grupo de Convivência, que estavam sendo desenvolvidas as programações do PETI do turno da tarde, o que em alguma circunstância possibilita a interação entre os grupos. O Agente Jovem, como é realizado pela manhã, não tem contato direto com o projeto, porém já demonstrou certa interação através de trabalhos realizados com cartazes e mensagens sobre os direitos dos idosos. Esses contatos e interações entre as gerações foram incipientes e pouco estimulados pela instituição.

Além das qualificações e hierarquizações do espaço das comunidades (que são formas dos sujeitos representarem, doarem sentido, limites e valores ao espaço), observamos a existência de certo estranhamento e conflito entre gerações. Conflitos estes baseados em representações sobre as fases do desenvolvimento humano, sobre o comportamento de cada geração. Essas representações são construídas socialmente e foram assimiladas de modo peculiar pelos jovens e idosos que freqüentavam o CEMASI. Tal entendimento foi reforçado por meio da fala dos integrantes do Agente Jovem. Esta, ao se referir às idosas como "pé na cova", sustentou uma representação da velhice como final da vida e sem valor.

Essa visão que os jovens sustentavam sobre as idosas, além de possuir vínculos com as relações tecidas nas comunidades, em meio ao dia-a-dia da vizinhança, também são condicionadas pela existência de representações negativas do envelhecimento construídas socialmente e enraizadas em nossa cultura. Essa representação sobre a velhice possui determinações socioeconômicas e revelam relações de exterioridade e negação do envelhecimento, bem como com a finitude (Beauvoir, 1990; Motta, 2000).

Quanto às considerações dos idosos a respeito desses jovens, percebeu-se certa indiferença e em alguns casos a manifesta desaprovação de comportamentos e do gosto musical dos jovens. Essa desvalorização da preferência musical dos jovens é expressa na opinião das idosas de que o "*funk*" não é "música de verdade".

A relação dos idosos com as crianças do PETI, por sua vez, também demonstrava certo estranhamento, principalmente por conta do volume sonoro das músicas tocadas durante as atividades de dança com as crianças e as manifestações destas durante todas as atividades, encaradas pelas idosas como tumultuadas. Observou-se, inclusive, a indisposição dos idosos em convidá-los para as festas e lanches realizados durante o Grupo de Convivência, por conta de serem considerados bagunceiros e barulhentos.

Aqui, diante da demarcação dos limites, o estranhamento e dificuldade de troca e tolerância entre gerações distintas foi nítido. De modo a reforçar e justificar essa postura, o grupo relatava que durante a semana, na comunidade, as crianças, as mesmas inscritas nos projetos do CEMASI, não tinham respeito com os idosos.

Juntamente à noção de respeito que as idosas demandavam na relação com outras gerações, observamos que o grupo sustentava a representação de que as famílias atualmente não sabem mais educar seus filhos. Dessa forma percebemos a

existência de uma representação negativa da família. Nesta, as relações familiares do passado foram idealizadas e os arranjos familiares atuais são considerados desagregados e inferiores a este passado construído em meio ao discurso das integrantes.

As representações tecidas por esses atores confirmam o entendimento de Minayo (2000) e de Lefebvre (Lutfi et al., 1996) que as consideram como permeadas tanto por conservadorismo, como pela possibilidade de luta e resistência. Considerando as concepções de uma geração sobre a outra e mesmo a idealização que os idosos criam sobre as relações familiares no passado, o pensamento de Lefebvre (idem) esclarece que as representações são capazes de substituir o representado pelo representante. Essa capacidade das representações objetiva a interpretação e manipulação da prática social. Minayo (idem) contribui com esta reflexão ao explicitar que as representações correspondem ao sentido, aos significados que os sujeitos dão à realidade social.

Essas possibilidades das representações convergem com a forma que estruturamos nossa memória. Essas são fluidas, construídas e arranjadas pelos sujeitos diante dos desafios da prática social, vivências e condição emocional (Bosi, 1983; Le Goff, 1990; Dalmaz & Netto, 2004).

Observamos que há, em meio ao grupo, certa dificuldade de equacionar a maior liberdade da educação atual com a moralidade e a educação castradora, androcêntrica e paternalista que vivenciaram e por vezes reproduziram quando formaram suas próprias famílias.

Apesar desse estranhamento entre as gerações, notei que as crianças quando percebiam os idosos cantando, batucando e se divertindo, se interessavam e buscavam se aproximar e participar, interagindo com o som cantado ou percutido pelas idosas, através das palmas ou de percussão nas paredes ou janelas do CEMASI, ou simplesmente observando curiosas.

Esse comportamento das crianças, sua interação com as idosas, mesmo que em momentos fugidios, através do som, sua surpresa diante da inusitada “bagunça” das integrantes do grupo, correspondeu a uma forma de troca. Troca essa que não encontrava vias de acesso pelos canais da linguagem verbal, ou de uma programação conjunta, oficialmente intergeracional, mas que por meio da música favoreceu, por alguns momentos, uma comunicação entre universos distintos.

Essa experiência de comunicação mais sutil compõe o que Oliveira considera como sendo a magia de uma relação de criação musical (1996).

A Interação das idosas com o grupo do PETI foi significativa para observarmos as tensões existentes entre as gerações. Apontou possibilidades, principalmente nos eventos e festas do Grupo de Convivência, quando as crianças se apresentavam por meio de coreografias ensaiadas no CEMASI, para os idosos. Nesses momentos havia alguma receptividade por parte do grupo. Porém a participação dos idosos em atividades do PETI não foi ostensiva.

Já a relação das idosas com o projeto “Conversando é que a gente se entende” foi intensa e se deu desde o início deste. No início do projeto, após sua divulgação nas comunidades, a presença massiva dos idosos nas primeiras reuniões demonstrou seu interesse por algo novo. Entendemos que tal interesse, também pode ter sido reforçado pela prática da ONG em distribuir vales-transporte para os participantes do projeto.

Entende-se que essa manifestação do grupo pelo interesse imediatista em usufruir benefícios mais tangíveis do que a democratização de informações, possui vínculos estreitos relacionados com o CEMASI, com a condição de exclusão generalizada, a pobreza econômica e a relação construída com os benefícios e o poder público.

A queda no número de freqüentadores a partir da redução e término de distribuição de bolsas é um exemplo dessa exclusão vivida pelos idosos, bem como das relações clientelistas perpetuadas em meio às práticas do poder público.

A relação pragmática dos usuários com benefícios dos projetos sinaliza tanto a carência material quanto a indicação de que as questões vinculadas ao crescimento cultural e ao conhecimento de seus direitos são secundários. Tal condição é a consequência de uma forma de exclusão ampla em seus efeitos. Essa exclusão, segundo Dornelles (2001), não possibilita a pessoa se ver como cidadão de direitos e inviabiliza o reconhecimento de que pode conhecê-los e deles se utilizar para garantir um papel de maior autonomia e participação.

As idosas apresentaram o sentimento de várias perdas, tais como: a demissão da dinamizadora inicial, o já mencionado corte das bolsas de alimentação, a finalização do trabalho de bijuteria organizado pela assistente social e agente comunitária que coordenaram o grupo durante um período. Entende-se que esse programa de distribuição de bolsas, assim como tantos outros, sofreu as

conseqüências da condição de fragilidade das políticas de seguridade social, da descontinuidade de ações e flutuações de projetos e recursos. O discurso oficial da SMAS aponta para necessidade de se reconstruir uma estrutura e tecer interconexões que favoreçam a inclusão dos sujeitos. Segundo as concepções da gestão atual da SMAS tais medidas favoreceriam um atendimento mais efetivo às demandas dos cidadãos.

O Grupo de Convivência demonstrou interesse por festas, passeios e artesanato. Entendemos que a opção por esse gênero de atividades, em detrimento de práticas reflexivas e até mesmo de atividades artísticas que demandem certo grau de investimento e treinamento, como é o caso das apresentações cênicas e musicais, possui uma significação mais profunda, mesmo que associada às preferências, costumes e redirecionamentos dos dinamizadores e coordenadores que já passaram pelo grupo.

Compreendemos que os encaminhamentos dados ao Grupo de Convivência de Idosos do CEMASI apresentaram uma distância daquilo que estava previsto no planejamento original do projeto. A programação de baixo-custo, com atividades que, por sua vez, pudessem prender a atenção, ocupar as mentes e distrair os velhos nos pareceu conseqüência da focalização dos projetos da área assistencial e condicionadora de uma prática limitada, circunstancial e superficial.

Por mais que o programa Rio Experiente apresente objetivos interessantes, percebe-se que em seu desenvolvimento e aplicação no Grupo de Convivência foram priorizadas atividades de lazer (passeios e festas) e práticas familiares aos idosos, tais como as atividades manuais. A essas observações acrescenta-se a constatação da presença de relações clientelistas construídas especificamente na história da inserção da instituição na comunidade e na relação geral destas com o poder público e sua atuação contraditória junto às ações assistenciais (Yazbek, 1993).

Entendemos que lazer, sustentabilidade, consciência política, criatividade e arte são esferas que não se excluem, mas, pelo contrário, podem ser integradas em um amplo e profundo movimento de inclusão e reconstrução dos sujeitos, tendo em vista sua autonomia e emancipação.

Emancipação essa que além de econômica também corresponde ao fortalecimento dos sujeitos, sua compreensão acerca de seus direitos e potencialidades. Faleiros (2002) situa a busca por esse fortalecimento como uma

das prioridades do serviço social, como seu objeto. O autor explicita ainda que o desafio profissional está em incorporar as demandas dos grupos às considerações teóricas da profissão. Para Faleiros essa discussão no fundo fala acerca do poder, do “empoderamento” dos sujeitos (idem).

Compreendemos que o objetivo de fortalecer os usuários do serviço social possua estreita vinculação com a pesquisa que desenvolvemos, pois a fonte de dados para essa pesquisa coincidia com nosso trabalho como assistente social. Em meio a nossas atividades profissionais, dando respostas às demandas, muitas vezes, estranhas a nossa investigação acadêmica, buscávamos desenvolver atividades com música junto aos idosos, bem como observar suas reações, tanto as estimuladas pela nossa atuação, como aquelas mais espontâneas ocorridas durante as festividades, ou mesmo em meio às atividades de artesanato.

Esses momentos de criação e expressão musical do grupo realizados na informalidade, dados em meio a momentos de lazer e descontração, confirmam as reflexões de Oliveira (1996) acerca da capacidade da música em se constituir uma forma de interação e comunicação profunda. Confirmando a legitimidade da relação entre a sociabilidade e a prática da criação musical defendida por Oliveira (idem), Jorge (1990) expõe que as expressões criativas se dão quando o homem está envolvido em um clima de liberdade e prazer.

As dificuldades decorrentes dos rebatimentos da descontinuidade da assistência social tiveram repercussões diretas sobre a dinâmica do grupo e sobre nossas condições de trabalho. Dessa forma, essas descontinuidades foram incorporadas como dado significativo e intrínseco no desenvolvimento da pesquisa.

4.3

As Idosas e suas Representações

O desenvolvimento da pesquisa, ao contar com relatos de entrevistas realizadas individualmente com as idosas e anotações decorrentes da observação participante, possibilitou considerações significativas sobre a memória, concepções e reações das integrantes no contato com a música. As entrevistas realizadas com integrantes do Grupo de Convivência apontaram algumas questões relevantes para

uma maior compreensão de seu perfil, representações e demandas sociais. Os nomes das entrevistadas são fictícios.

O grupo era composto por mulheres, cuja maior parte está na faixa dos 70 anos, se dividindo, igualmente, entre católicas e evangélicas.

A origem das integrantes divide-se entre Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A imigração da maioria das idosas se deu por conta da busca por melhores condições de vida. Muitas vieram de cidades pequenas com suas famílias para o Município do Rio de Janeiro ou aqui possuíam parentes que as acolheram e as ajudaram em sua instalação.

A maioria das investigadas classificou-se como “branca” ou “negra”. Um grupo menor de pessoas utilizou os termos “morena clara” e “preta”.

As entrevistadas relataram que possuíam algum tipo de problema de saúde e que buscavam atendimento médico através dos serviços dos Postos de Saúde que atendem a região próxima às comunidades e do Hospital Adventista Silvestre. Este vem limitando suas ações filantrópicas por conta de mudanças na administração do hospital, bem como diante da relação das ações do tráfico de drogas no aumento da violência na região. As idosas apontaram Hipertensão Arterial e Diabetes como as doenças mais recorrentes. Um número menor fez referência a dores decorrentes da Artrose, Osteoporose, problemas envolvendo a coluna e o joelho.

Compreendemos que a precarização de saúde das idosas, mais do que relacionada à realidade biológica do envelhecimento, também era condicionada pela condição de pobreza e exclusão. Beauvoir (1990) esclarece que a velhice é um fenômeno multicausal, transcendendo a simples dimensão física e sendo determinada pelo sistema socioeconômico e pelas práticas culturais de cada sociedade.

As integrantes do Grupo de Convivência que participaram da pesquisa e permaneceram até o desfecho das atividades desse grupo no CEMASI estavam integradas em algum projeto social, recebiam algum tipo de benefício social, pensão ou eram aposentadas. Esses programas, projetos e benefícios sociais correspondiam ao: Programa Bolsa Família (PBF), Projeto Agente Experiente e Benefício de Prestação Continuada (BPC). A maior parte das idosas tinha acesso a mais de um desses recursos. A renda das integrantes variava entre um e dois salários mínimos. Aquelas que ainda realizavam algum tipo de atividade (sempre

informal), para complementação de renda, também estavam aposentadas ou eram pensionistas. As idosas que estavam vinculadas ao BPC, ao PBF e ao Projeto Agente Experiente foram incluídas nos mesmos a partir do Encaminhamento realizado pelo atendimento social do CEMASI. Metade do grupo foi incluso no Projeto Agente Experiente realizando atividades, que eram supervisionadas, junto à População de Rua nas praças da Zona Sul.

As idosas mencionaram as formas como empregaram o recurso da bolsa do projeto e demonstraram valorizar as experiências que adquiriam com os integrantes do projeto e com a população em geral.

Consideramos interessante o fato das mesmas integrantes se referirem a um descontentamento com o atraso da bolsa do projeto e considerarem que este não durará para sempre, podendo terminar logo. Essa postura das idosas pode ser entendida como fruto da relação mantida com a assistência através do CEMASI. A descontinuidade dos projetos, bem como a escassez dos recursos compôs a inserção das integrantes na estrutura e na lógica da assistência.

Apesar da focalidade característica dos programas e projetos assistenciais, (Yazbek, 1993) entendemos que o CEMASI configurava-se para as idosas como um espaço de convívio e um meio de acesso a recursos institucionais.

Seus relatos apontavam a ida à instituição para usufruírem alguns momentos distanciados dos problemas, de contato com experiências diferenciadas do cotidiano. Cotidiano esse que era permeado pela violência, precarização material, de saúde e pela solidão.

Apesar da região apresentar tensões e conflitos entre as distintas realidades das mansões e as moradias das comunidades, bem como o aliciamento de jovens para o tráfico e o conflito deste com a polícia, a minoria relatou, no transcorrer da entrevista, um histórico de violência. Aquelas que assim fizeram apontaram tê-la sofrido quando crianças e jovens, através de seus responsáveis e/ou durante a fase adulta, na relação com seus parceiros. Uma dessas idosas mencionou que o sofrimento advindo dos maus-tratos se somou ao assassinato de seu filho, que ocorreu ao lado de sua casa e do CEMASI há alguns anos. A entrevistada relacionou esses fatos como determinantes para a precarização de sua saúde, bem como a certo desânimo em ouvir música. Mesmo que não tenham sido todas as entrevistadas que mencionaram ter sofrido violência de modo ostensivo,

consideramos que esta pode estar associada de tal forma à condição de pobreza que acompanhou a vida daqueles indivíduos, marcando sua identidade.

Grande parte das entrevistadas não pôde completar seus estudos por conta da necessidade de trabalhar e contribuir com a renda familiar. Dentre essas, algumas não foram alfabetizadas. Uma das idosas comentou que não estudou porque seu pai não queria que as filhas aprendessem a escrever para que não trocassem correspondência com rapazes. Essa referência à figura do pai foi recorrente, principalmente quando apontavam o controle e cerceamento da família às festas e danças.

Consideramos significativo as lembranças das idosas indicarem a figura paterna como cerceadora e radical e a forma como expressavam em suas representações um moralismo conservador e limitado. Apesar da discordância com a figura do pai, o grupo apresentava algumas posturas morais rígidas. Acredito que o discurso das integrantes tenha reproduzido a matriz do comportamento paterno, tendendo para um tradicionalismo.

A maioria das integrantes do grupo associaram os momentos de diversão, lazer e prazer aos folguedos e festividades (festas natalinas, festas de São João e Santo Antônio) vivenciados durante a infância e juventude e, em alguns casos, na fase adulta com amigas, família e a minoria com seus companheiros. Tais momentos foram permeados pela presença do canto, música e dança.

O relato das integrantes do grupo vinculou a sociabilidade das festas (religiosas ou não) às expressões musicais e à dança. De acordo com Oliveira (1996), essa associação não se dá simplesmente porque há música e dança nos eventos e festas, mas também pela correspondência existente entre as práticas rituais, celebrações religiosas e as canções executadas tradicionalmente durante o exercício dessas atividades.

O papel dessas músicas fortemente relacionadas a uma prática (chamado pelo autor de Músicas de Raiz) é relevante e foi observado quando todas as idosas apontaram que a vivência no meio religioso, através dos cultos e atividades sociais, se mostrava um espaço de sociabilidade no qual o prazer e a troca, a dança e o canto eram estimulados e previstos, muitas vezes, em detrimento do exercício das mesmas experiências em outros meios, que não o religioso.

Observamos que a religião desempenhava influência significativa na normatização de condutas, seleção de atividades e comportamentos de algumas

integrantes. Os limites auto-impostos por conta desses valores, porém, era reconsiderado em algumas ocasiões. Ocasionalmente o "clima" da festa, do evento ou das atividades propostas ao grupo, ou mesmo atividades em que o grupo permitia ser envolvido, "quebrava" algumas resistências. A partir da criação e manutenção desses espaços onde a fruição e o lúdico eram estimulados, algumas integrantes permitiam a flexibilização de algumas posturas. Tais posturas vinculavam-se a uma patrulha moral que cobrava pureza e dignidade e repudiava posicionamentos diferentes, considerados estranhos e impróprios.

Dentre os estabelecimentos que as idosas iam para dançar, quando eram mais jovens, encontram-se alguns no Centro da Cidade (Tabuleiro da Baiana e Estudantina) e em Botafogo (Alvorada e Canecão).

Esses espaços remetiam a uma época em que, mais jovens, dançavam e se divertiam pela cidade. Algumas idosas consideravam que não caberia mais frequentar esses espaços por conta de sua idade e de sua religião. Esses posicionamentos apontam tanto a vigência de representações sobre uma moralidade socialmente construída acerca da velhice, quanto os limites demarcados pela religião. Essas concepções hierarquizam e valorizam tanto espaços de atuação, lazer e ocupação, quanto comportamentos considerados mais ou menos dignos para aqueles que não são mais jovens.

Em seu significado profundo, essas representações sobre o papel do idoso correspondem ao lugar que a sociedade industrial destina àqueles considerados não produtivos (Beauvoir, 1990), bem como aos elementos de dominação e conservação (Minayo, 2000) que permeiam as concepções dos excluídos.

Os estilos musicais que as entrevistadas apontaram como bons para dançar eram: Bolero, Tuíste, Pagode, Valsa, Samba, Forró, Calango e Rancheiro. Esses dois últimos foram apontados por uma entrevistada de origem mineira que passou sua infância em cidade do interior. A maioria do grupo apontou o Bolero e o Samba como modalidades que gostavam de ouvir e de dançar.

Aqui pude perceber a influência da cultura de origem das idosas no leque de repertório e estilos que marcaram sua juventude e vida adulta.

Poucos teatros foram indicados como espaços utilizados pelas idosas. As idas ao Teatro Carlos Gomes foram apontadas por uma idosa como um programa que realizava com pouca frequência ao lado do esposo e foi associado ao período do carnaval quando, segundo a mesma, o espaço era arrumado para servir de baile.

A pequena referência feita pelas idosas ao teatro indica que não havia acesso fácil, provavelmente pela renda baixa das usuárias.

Já os cinemas foram mais mencionados pelo grupo. Tanto o Cinema São Luis, no Largo do Machado, quanto o Odeon, na Cinelândia, foram apontados como espaços freqüentados pelas idosas. Uma delas, Ludimila, ao mencionar que freqüentava o São Luis, comentou que isso se dava em época em que se ia ao cinema: *“todo mundo enchapelado e de luva”*.

O comentário da idosa aponta uma maior popularidade do cinema e sua utilização mais freqüente como opção de lazer e entretenimento. A compreensão de que a memória é construída pelos sujeitos (Bosi, 1983; Lê Goff, 1990; Dalmas e Netto, 2004), situa a referência da idosa a um período idealizado, no qual hábitos e costumes associavam a ida ao cinema a uma prática com glamour.

O rádio foi, e ainda é, um hábito associado à diversão, lazer e cultura. O rádio, mais do que a televisão, fora apontado pelo grupo como sendo um dos meios de comunicação mais utilizados para o entretenimento, distração e informação. Por meio das notícias e das músicas as idosas relataram que se preparam para dormir, se animam para desempenhar trabalhos domésticos e para ter contato com música, sendo essa religiosa, ou não. Uma das idosas comentou que foi através do rádio que aprendeu as músicas de Carnaval, pois seu pai a proibia de dançar e participar dessa festividade.

A maior parte das entrevistadas mencionou que durante sua infância e juventude, a família, principalmente a figura paterna, tolhia e cerceava sua liberdade e oportunidade de lazer, ao impor horários, limites e proibições junto à participação das festividades, bailes, festas caipiras, bem como as manifestações carnavalescas, tais como os blocos e caravanas que passavam próximo a suas residências.

A religião apresentou-se como sendo vinculada a diversão na medida em que possibilita, em seu meio próprio, o exercício da sociabilidade e expressão de afeto. Tal exercício se dava por meio das festas, atividades religiosas e principalmente por conta da presença do canto e até da dança nos cultos e eventos.

Algumas das integrantes do grupo tinham nas missas, orações em grupo e na prática do canto, seu momento de lazer. Dessa forma, compreendemos que o lazer e a diversão estavam previstos na dinâmica religiosa das idosas. Porém, observamos que, em certas circunstâncias, o discurso e a prática de algumas apontava para concepção de que a legitimidade desse lazer, propiciado pelo meio

religioso, se dava em detrimento de atividades que não fossem vinculadas ao seu culto. Consideramos interessante quando uma das idosas, que é católica, comentou que as integrantes evangélicas do grupo não se permitiam aproveitar experiências com música popular e canto. Ela lembrou, em seguida, da idosa Armênia, que mesmo sendo da mesma religião: *"cantava e batucava as músicas"*. A fala dessa idosa foi significativa, pois demonstrou sua capacidade reflexiva.

Entendo que a postura das idosas, mais ou menos flexível, nas atividades com música realizadas no Grupo de Convivência possuía relações com seu gosto restrito por estilos musicais. Essa restrição não negava, necessariamente, seu contato e até a troca com outros estilos musicais, incluindo músicas mais recentes.

Reparamos que as integrantes do Grupo de Convivência revelaram haver, no plano do discurso, uma valorização das 'músicas antigas' em detrimento das 'atuais'. Dessa forma, através desse posicionamento (mesmo diante da possibilidade do mesmo ser flexibilizado), era valorizado aquilo que marcou a fase mais ativa da maioria.

Em um primeiro nível, essa hierarquização das produções aponta as canções antigas e conhecidas como sendo carregadas de um valor, de uma consagração advinda de sua popularização e qualidade e as atuais sendo representadas como incapazes de se igualarem às antigas por conta de uma inferioridade em suas produções. Essa distinção que as idosas faziam possuía contornos simplistas e idealizados, pois nem todas as músicas atuais são desconhecidas das entrevistadas e o critério adotado pelo grupo para definir canções 'antigas e boas' e 'novas e ruins' pareceu-nos, em algumas circunstâncias, arbitrário. Esse critério demonstrava estar vinculado mais a uma reafirmação de sua identidade e do valor de algumas músicas porque consagradas já há algum tempo. Percebíamos que o gosto e preferência pelo antigo não impossibilitava a memorização e mesmo preferência por algumas canções mais recentes.

Considerávamos que o grupo preferia, e se fixava, na produção musical da década de 40 e 50, divulgadas pelo rádio e discos, principalmente algumas das marchas de carnaval. Observamos que outras vezes a tolerância com músicas atuais, bem como seu consumo, preferência e memorização se alargava até parte das produções de cantores populares conhecidos, mesmo alguns mais recentes. Dentre esses cantores um que era apreciado pelo grupo era o Roberto Carlos. Essa valorização das canções antigas, em detrimento relativo das contemporâneas, foi

expressa algumas vezes nas falas das entrevistadas, tal como foi dito por Márcia: "Não gosto das músicas de hoje. É coisa de loucura. Os jovens não gostam das coisas que são de Deus".

A fala da idosa fez referência a um conjunto de representações partilhadas pelo grupo, revelando o que consideravam como comportamento dos jovens, música de jovem e o estranhamento que nutriam por este estilo. Compreendemos que mesmo sem ter dito literalmente, esse desconforto do grupo junto às músicas atuais possuía relações com os elementos presentes no *funk*, principalmente em suas letras.

Acreditamos que o volume das músicas tocadas nos bailes *funk*, que ocorrem na comunidade e no rádio durante o dia, juntamente com a referência à cultura e as práticas em torno do tráfico de drogas além dos elementos de pornografia explícitos nas letras dessas músicas, colaboraram para esse estranhamento.

Notamos que as idosas partilhavam uma representação sobre o que consideram como música contemporânea, tendo como base alguns elementos presentes no *funk*. Essa generalização dos elementos pejorativos de um estilo musical para os demais apresentava reducionismos e abrigava a representação de que o passado, com suas relações e estéticas mais conhecidas seria, portanto, mais seguro e confortável. Essa idealização por um lado e generalização por outro operava com elementos considerados valorosos em detrimento daquilo que era desconfortavelmente novo e difícil de catalogar e enquadrar. As representações construídas em torno da música popular mais atual e sua contraparte mais antiga e valorizada serviam, por um lado, ao reforço da identidade das idosas (no caso o valor da música de sua geração, de "seu tempo") e, por outro, substituíam uma complexidade de estilos e tendências por rótulos e generalizações. Essa substituição do representado pelo representante corresponde a uma das capacidades das representações sociais, segundo o pensamento de Henri Lefevre (Luft, et al., 1996). Este assevera que essa substituição se dá porque as representações, ao realizarem o movimento de interpretar uma dada realidade, a manipulam, ocultando e ao mesmo tempo revelando a complexidade da realidade social.

Compreendemos que na base dessa representação encontra-se a expressão do conflito entre gerações e modelos culturais e estéticos distintos.

As idosas representam esse estilo musical como sendo uma “*perdição*”, interpretando-o a partir de um desconforto relacionado com um embate de valores morais, religiosos e estéticos. Verbalizando esse desconforto, Armênia comentou:

É você ligar o rádio e está aquelas músicas: não sei o que e pelo morro, não sei o que (...) eu não gosto disso, (...) liga, lá em casa, eu saio para não escutar.

Dessa forma, foi possível observar a referência a uma sensibilidade moral contrapondo-se a músicas que expressam pornografia, se referem a conflitos armados ou usam palavrões. O *funk* aparece na maioria dos exemplos que as idosas apontavam como sendo de músicas atuais ruins e o pagode foi mencionado apenas em uma única entrevista, talvez por conta de seu vínculo com o samba. A partir das falas das idosas compreendemos que os estilos musicais que possuíam em sua letra e estética as temáticas amorosas e sexuais com contornos e expressões mais explícitas do que as composições de um período anterior, eram repudiadas pelas idosas.

Durante as entrevistas notamos a concepção do grupo de que a seleção das músicas realizada em suas residências, bem como no meio religioso que elas freqüentavam garantia a pureza de princípios esposados e pureza da própria música. Essa seleção de estilos e temas apresentava-se como um dos critérios de validação, controle e aceitação das músicas.

Por mais que essa representação e estranhamento das músicas consideradas jovens e de “*perdição*” fosse recorrente, a ausência do contato com as mesmas não era total. A exposição a essas músicas se realizava por meio da convivência com parentes em casa, por meio do gosto musical dos filhos e netos e através do restante dos moradores das comunidades que escutavam a músicas no cotidiano e durante os bailes.

Quanto aos estilos e músicos que as idosas gostavam, alguns cantores foram apontados pelo grupo como sendo mais significativos. Pude entender que seu critério se dava pela consagração destes na mídia (seja pelo rádio ou televisão) durante um período.

Dessa forma Nelson Gonçalves, Roberto Carlos, Alcione, Bob Nelson, Carmem Miranda e Vicente Celestino foram os nomes dos cantores que eram ouvidos pelos idosos. Alguns desses nomes correspondem a cantores da chamada Era do Rádio. A letra das músicas era permeada por um romantismo explícito e

seus músicos foram consagrados através da veiculação em massa, em um período em que o rádio envolvia multidões e possibilitava a ascensão de cantores e a divulgação e promoção de gravações.

Outros cantores faziam parte da tradição do samba, que estava vinculada ao referencial comum das integrantes. Roberto Carlos aparece como um personagem incorporado à preferência do grupo pelas canções populares, de fácil registro e aceitação.

Conforme aprofundamos nosso envolvimento com o grupo na observação participante e conforme transcorriam as entrevistas individuais, foi aumentando nossa percepção quanto aos vínculos entre a música e o cotidiano das idosas.

A fala das idosas sinalizou que o hábito de escutar música estava carregado de algumas propriedades, de algumas funções.

Durante as entrevistas, algumas idosas lembraram das atividades com música realizadas durante as reuniões do Grupo de Convivência, além de mencionar como utilizavam as músicas em seu cotidiano para passar o tempo e como estímulo para a realização de algumas atividades. Parte das entrevistadas motivaram-se pelos questionamentos que realizamos a respeito do papel da música em suas vidas e cantaram músicas que ilustravam a relação afetiva que tiveram com algum ente querido.

Aqui pudemos observar a música cumprindo a função tanto de dar significado à vida ao ser associada a momentos vividos com outras pessoas, em outros contextos, quanto a sua capacidade de acompanhar trabalhos e atividades doando-lhes vida e ritmo. Essa função que a música cumpre, a qual percebemos no discurso das idosas, é confirmada nas reflexões de Oliveira (1996), quando esse expõe que as Músicas de Raiz são aquelas que acompanham as funções rituais, religiosas e de trabalho. O autor esclarece que essas músicas são condicionadas por condições reais de trabalho e existência e que, ao mesmo tempo, dão cadência e sentido a essas atividades.

Observamos, por meio dos relatos e por conta das experiências com música junto a esse grupo, que muitas vezes as canções mobilizavam a memória, auxiliando na recordação de fragmentos de lembranças, bem como em sua resignificação. Notamos ainda que as vivências e a lembrança de algumas pessoas podiam estar associadas a determinadas canções. Dessa forma, compreendemos que a música apresenta a capacidade de acessar lembranças e auxiliar no processo

de reconstrução da memória (Bosi, 1983; Le Goff, 1990; Dalmas & Netto, 2004). Nestes fatos, acontecimentos e pessoas são marcados por melodias executadas na época, por pessoas e meios de comunicação.

De acordo com o relato das integrantes do grupo, as músicas também atuavam na modificação de seu humor. Essas mudanças eram conseguidas por meio do deslocamento da atenção das preocupações para o momento do canto. Alguns relatos apontaram que a música propiciava melhor ânimo e motivação para trabalhos domésticos, bem como eram utilizadas pelas idosas como entretenimento, para se conseguir “passar o tempo”.

Essa mudança de humor relacionada à atuação da música tem seu paralelo com os escritos de Oliveira (1996). Segundo o autor, desde muito tempo várias culturas se utilizam da música para curar. Dessa forma o canto é capaz de tonalizar, de harmonizar os sujeitos em níveis profundos, alterando sua consciência e podendo propiciar, inclusive, sua saúde.

Referindo-se a essa capacidade de entretenimento da música, uma das entrevistadas disse: "(...) porque parece que passa o tempo e parece que nem fez, quando vejo já passou tudo" (Mônica).

Aqui é possível identificar a capacidade da música de envolver os sujeitos em estados emocionais diferentes, bem como ser utilizada na busca por preenchimento e pela doação de significado a uma existência precarizada, vinculada a expressões de pobreza, de ausência de possibilidades e de participação. Assim sendo, a música se apresenta mais como uma forma de resistência do que, necessariamente, uma alienação, um escapismo.

A música não estava presente tão somente na história individual das idosas, mas vinculava-se a lembranças, tradições e características que diziam respeito à comunidade no passado.

A existência de um bloco, que atualmente encontra-se extinto, estava ligada a essas tradições, assim como o grupo de dança caipira que foi retomado por alguns moradores e se apresenta durante todo o ano em diversos lugares e eventos. O bloco chamava-se *Mocidade dos Guararapes*.

Consoante o que afirmaram as idosas, o bloco ganhou um concurso realizado pela prefeitura, junto a outros blocos, no subúrbio. Além desse torneio teria ganhado troféus, taças, prêmios e teria se transformado em Escola de Samba, porém não manteve essa condição por perda de documento, "de um alvará",

segundo Ludimila. Esta mesma idosa lamenta o fato e comentou que também desfilava no bloco *Canarinhos de Laranjeiras*, que "existe até hoje".

O ânimo dessa idosa durante as festas, sua preferência por samba e forró apontam que sua trajetória esteve marcada pelo envolvimento com a cultura popular da localidade. A mesma fazia questão de frisar que tinha nascido durante o carnaval, que sua mãe entrou em trabalho de parto enquanto estava em uma festa carnavalesca. Sua fala demonstra a decepção decorrente das mudanças, encaradas como perdas.

Uma das figuras que foram apontadas como fundamentais na manutenção da organização e legalização do Bloco Carnavalesco do complexo, bem como na motivação para a continuidade de sua execução, foi o líder comunitário Cláudio Moraes, o "dono do morro" (Mônica). O mesmo teve participação relevante nos trabalhos comunitários dos primórdios da comunidade, bem como na assistência aos moradores após a ocorrência de um temporal na localidade.

Segundo a idosa, a região, inicialmente, era uma fazenda que foi loteada e vendida. Um dos moradores teria tomado posse de uma parte que anteriormente era alugada. A partir daí, o ritmo da expansão das invasões foi acentuada. Disse ainda que Cláudio Moraes foi o líder da associação dos moradores da época e a pessoa que realizou o loteamento de terrenos com a antiga dona das terras.

A fala da idosa demonstra um panorama da ocupação das comunidades que possui vínculos com a expansão da favelização do Rio de Janeiro. Esta foi condicionada por inúmeros fatores estruturais e conjunturais. Dentre esses destacamos a relação do Estado com a assistência (ou falta de) a essas comunidades.

Várias entrevistadas relatam que uma chuva forte atingiu e devastou a região. O período em que esse evento teria acontecido não foi unânime. Tanto foi indicado o ano de 1953, quanto 1966. Alguns moradores foram abrigados na Igreja São Judas Tadeu, houve entrega de alimentos por helicóptero, desabamento de barracos, ocorrência de várias mortes e pessoas feridas. As famílias foram alojadas em uma construção onde hoje se localiza a Creche Tia Amália e em um alojamento em Cascadura. Sintetizando o impacto do acontecimento nas comunidades, Ludimila mencionou: "caiu a montanha".

De acordo com uma das entrevistadas, por conta das obras que o poder público organizou para a abertura de um túnel próximo à região das comunidades,

foram oferecidas pedras aos moradores durante o início da década de sessenta (do século XX).

Nesse período as comunidades ainda sofriam com a falta de estrutura urbanística. O relato da idosa indica que a presença da Igreja Católica foi significativa na montagem dessa estrutura por meio do incentivo às obras. Dom Eugênio Sales, ou Dom Eugênio Câmara (a entrevistada não se recordava com precisão) foi lembrado como uma figura que facilitou o processo de infra-estrutura. Desde esse momento, a interação da comunidade com a prefeitura teria se dado de modo mais próximo. A partir da doação de material pela prefeitura e através da montagem de um esquema de mutirão comunitário, realizaram-se algumas intervenções no espaço do complexo.

Tais intervenções realizadas nas comunidades sinalizaram de que modo o complexo dos Guararapes tivera assistência à moradia em seus primórdios de ocupação, e apontam a participação do Estado.

Compreendemos que as informações presentes neste relato possuem ligações com o início do trabalho da SMDS, que posteriormente veio a ser denominada como SMAS. Esse trabalho se realizou quando a Secretaria era conhecida como “Super-Secretaria, ou ainda, a ”Secretaria dos pobres”. Essa estrutura que a Secretaria possuía foi o germe da Secretaria de Habitação, segundo CEMAC (2004).

O relato de uma das idosas fez referência ao fato de que a comunidade foi beneficiada pela integração de esforços tanto da filantropia do Colégio São Vicente, quanto do Hospital Silvestre. Ambos instituições religiosas. O primeiro teria cedido espaço e alguns recursos humanos para a realização de reuniões das lideranças comunitárias com o poder público.

Segundo outra entrevistada, a interação do poder público junto às comunidades foi desigual tanto no calçamento, quanto nas obras que garantiam água e luz. Cada comunidade teria sofrido essas intervenções em períodos distintos. A entrevistada comentou que uma rixa entre as comunidades, uma “*pinimba*” entre os moradores do mesmo complexo, mas de localidades diferentes, era anterior a essas obras.

Em outras ocasiões, alguns relatos coletados informalmente com moradores das comunidades apontam divergências em relação ao que foi dito por essa idosa. Mencionaram que o estranhamento entre as comunidades era decorrente

justamente dessas obras, principalmente daquelas que foram realizadas a partir da implantação do Projeto Favela-Bairro, por conta das diferenças do andamento das intervenções em cada região do complexo.

Compreendemos assim que as repercussões das ações (ou omissões) do Estado junto às práticas e concepções presentes nas comunidades na atualidade foram significantes. Dentre essas repercussões é relevante o pragmatismo frente aos recursos e benefícios sociais.

Quanto à origem das qualificações e hierarquizações que os moradores constroem sobre o espaço da comunidade, esta é indeterminada, porém vem sendo reproduzida através do tempo e das gerações em meio a um cotidiano de exclusão social, pobreza e violência.

De acordo com os relatos de um dos funcionários da prefeitura, dos informantes de nossa pesquisa e de uma das idosas entrevistadas, foi a partir da participação nas atividades do Grupo de Convivência que algumas idosas começaram a interagir com pessoas que antes não conversavam. O contato com idosas de partes diferentes do complexo favoreceu a integração do grupo, inclusive fazendo com que caminhassem por regiões da comunidade que não costumavam frequentar.

Segundo as entrevistadas, o Grupo de Convivência teve início com poucas pessoas e se revelava como uma opção para não se ficar em casa, mesmo diante da demanda dos moradores idosos do complexo por atividades que preenchessem parte de seu tempo.

Apesar da divulgação que a dinamizadora realizou nas comunidades, o grupo demorou a crescer em número de integrantes. A primeira idosa a frequentá-lo foi Mônica. A mesma recebeu o aviso através de um parente que trabalhava no CEMASI junto às crianças do PETI.

Posteriormente Armênia seria convidada pela dinamizadora a participar. Essa idosa comentou que seu maior interesse em participar foi para realizar atividades manuais, como bijuteria.

Os relatos das integrantes mais antigas apresentaram discordância quanto ao espaço utilizado para as primeiras reuniões. Armênia somente lembrava das atividades no CEMASI e Mônica relatou que o grupo realizou suas atividades na Creche Tia Amália, vindo depois a se reunir no CEMASI. Segundo esta idosa, o grupo foi deslocado mais tarde para um espaço na Comunidade do Cerro Corá e

posteriormente retornou ao CEMASI São Judas Tadeu. Mônica comentou que nunca ficou sabendo o motivo dessas mudanças.

Pensamos que essas alterações na localização das reuniões do grupo expressam uma dificuldade objetiva de se iniciar um projeto idealizado e implantado por agentes externos à comunidade, assim como demonstram a existência de uma qualificação dos espaços das comunidades construídas pelos moradores em sua relação com as intervenções, ou ausência, do Estado. Aqui, mais uma vez, o papel do poder público de prestação de assistência à população apresenta-se permeado por iniciativas fragmentadas e focais (Yasbek, 1993).

Compreendemos que a forma como o espaço era representado pelos moradores e o modo como foi realizada a implantação do grupo na comunidade dificultaram sua implementação.

Os relatos apontam que o crescimento do número dos participantes no CEMASI foi lento e que após o início da distribuição de cestas básicas a procura pelo grupo aumentou. Essa procura, estimulada pela doação de benefícios, longe de negar que pudesse haver uma demanda na comunidade por atendimento aos idosos, reafirma a presença e influência de um direcionamento clientelista nas ações assistenciais orientadas pelo poder público.

A queda na presença de freqüentadores das atividades foi interpretada como um rompimento, uma “quebra” em um pacto clientelista com o poder público.

Referindo-se ao término da entrega de cestas básicas no Grupo de Convivência e à distribuição de vales-transporte no Projeto “Conversando que a gente se entende”, Ludimila comentou que: “a prefeitura dava e parou de dar um monte de coisa (...) o problema é que tudo foi tirado (...) cortaram e o povo já estava acostumado”. Esse relato ilustra não somente a característica mutante e instável dos programas da assistência social como também a afirmação da autora Yazbek (1993), que aponta que a pobreza do destituído pode ser reforçada e mantida pelas ações assistenciais.

Pobreza essa que não é só de acesso a bens e serviços, mas também do conhecimento a respeito das condições sociais que produzem pobreza, dos direitos aos benefícios sociais e das lógicas que condicionam o acesso a estes (Yazbek, 1993).

A referência à interrupção da distribuição dos vales e das bolsas, feita por várias entrevistadas, demonstrou que estas não realizam uma distinção clara entre

o Grupo de Convivência e as reuniões do projeto “Conversando é que a gente se entende”. Isto remete ao entendimento de que a relação entre a lógica de celebrações de convênios entre instituição filantrópica e a SMAS possui um descompasso em relação a concepção dos usuários a respeito dos programas e seu vínculo com os projetos, recursos e benefícios assistenciais.

Tal situação delineou um quadro em que os integrantes do Grupo de Convivência não partilhavam da mesma linguagem que a instituição. Esse quadro aponta para uma das facetas das contradições presentes na Política de Assistência Social, pois essa política apresenta limites que reiteram o processo de subalternidade e, ao mesmo tempo, potencialidades, ao garantir direitos e favorecer o fortalecimento da resistência do excluído (Yazbek, 1993). Resistência à sua condição de subalternidade através da proteção social (mesmo que mínima) e fortalecimento da estima, da identidade e de laços de pertencimento social.

Os limites e potencialidades que compõem o conjunto de contradições presentes na Política de Assistência Social repercutem na forma como são estruturados os programas, serviços e estruturas das ações assistenciais.

Portanto, sem atuarem no cerne da exploração socioeconômica que caracteriza nossa inserção periférica no capitalismo, as ações de cunho assistencial possuem impacto reduzido nas condições de pobreza da população.

De acordo com Yazbek (1993), a pobreza vai além das privações e precarizações que atingem a sobrevivência dos sujeitos, passando também pela desqualificação dos pobres, de suas representações e práticas.

A condição de pobreza das integrantes do Grupo de Convivência expressava-se tanto no plano material quanto no simbólico e cultural. Sua vida material restrita também era acompanhada da carência de bens simbólicos.

A vivência junto ao grupo no CEMASI e nas atividades externas como passeios a centros culturais e espaços vinculados ao turismo da cidade, permitiu-nos identificar que a exclusão por eles vivida propiciava uma auto-representação de subalternidade e o estranhamento de alguns direitos, tais como o acesso a espaços e serviços públicos. Esse estranhamento se relacionava com a ignorância acerca de seus direitos.

Conforme Dornelles (2001), esse desconhecimento que os sujeitos têm de seus direitos configuram uma forma de exclusão. Essa condição as impossibilitava de perceber a relevância do acesso a alguns bens culturais.

Segundo a autora, a pobreza estigmatiza a população excluída e subalternizada através de um sistema social que gera e sustenta a ignorância, a precarização do trabalho, moradia, alimentação e saúde. Esse estigma se expressa em marcas exteriores deixadas pela condição de pobreza. Estas marcas podem ser consideradas como “sinais em que muitas vezes se ocultam a resistência e a capacidade dessa população de lutar cotidianamente para sobreviver” (Yazbek, 1993, p.61).

Essa ignorância, bem como os estigmas de sua precariedade, se expressavam no cotidiano e, inclusive, em meio à opção de lazer e divertimento.

Observamos essas limitações durante a realização de um passeio no Cristo Redentor. Muitas integrantes relataram que não o visitavam (algumas nunca tinham ido) há décadas, mesmo morando no Cosme Velho, vendo-o todos os dias de suas casas, ruas e vielas do complexo de favelas. O mesmo deu-se em outros espaços tais como o Palácio do Catete e o Planetário da Gávea. Neste último, o estranhamento dos funcionários do museu e a formalidade (a “cerimônia”) das idosas na recepção foram significativos por expressarem não só a forma pouco velada como os espaços da cidade são demarcados e restritos, mas também como os excluídos, por sua vez, “incorporam” a imagem da pobreza e lidam com a condição objetiva e simbólica da exclusão.

Dessa forma, percebemos que a realidade do grupo de precarização e limitações materiais se expressava no espaço de moradia, saúde, acesso a bens de consumo e reforçava uma identidade subalternizada. Esta identidade limitava a entrada dos idosos em espaços dedicados à cultura e ao lazer, bem como limitava a percepção de seus direitos sobre serviços e bens culturais. Algumas idosas não sabiam ler, outras não possuíam o hábito e não tiveram a oportunidade de estudar e aumentar sua escolaridade. Essa exclusão favorecia a ignorância de direitos e dificuldades de acesso aos aspectos da cultura e do conhecimento formal.

Além da exclusão de bens simbólicos, as usuárias apresentaram carências materiais que eram reforçadas pela relação clientelista com os benefícios sociais.

A demanda da comunidade pela cesta básica (também chamada pelas idosas de “bolsa de compras”) expressava sua condição de pobreza ao mesmo tempo em que situava as relações de tutela e clientelismo que estiveram presentes nas comunidades e no trato com o Poder Público, representado pelo CEMASI.

O interesse das idosas em participar de outro grupo que era realizado no CEMASI, o projeto "Conversando que a gente se entende", ilustra a relação dos recursos assistenciais públicos com as estratégias de resistência à pobreza presentes na comunidade, bem como aponta aspectos de sua identidade subalternizada.

Diante da frequência das idosas às reuniões do Projeto "Conversando é que a gente se entende", observamos em sua participação um fato significativo: a presença de interessados no debate sobre diversos temas. Além de um lanche que era oferecido no desfecho de cada encontro, nessas reuniões eram distribuídos vales-transporte. Durante boa parte do tempo em que o projeto funcionou os idosos compuseram a maioria dos frequentadores. Comentavam que se interessavam pelas discussões, mas que também apreciavam ganhar os vales, ou em suas palavras: "*receber os passes de ônibus*" (Flávia).

Tais fatos reafirmaram o entendimento de que a cultura local, permeada por condições de pobreza, também era reforçada através do acesso a benefícios e recursos do Poder Público.

Perante a condição de pobreza dos moradores das comunidades, consideramos que o uso clientelista da cesta básica não esgota o que a mesma possa significar em casos de severa precarização social, na garantia dos direitos à manutenção da vida.

Observamos a relevância do papel da cesta básica por meio de visitas domiciliares na residência de um integrante do Grupo de Convivência, que tinha se ausentado deste após o término da distribuição desse recurso. Notamos nestas visitas as condições de precariedade advindas de sua habitação, solidão decorrente da viuvez, dificuldades socioeconômicas e fraqueza devido à falta de ânimo para se alimentar e mesmo por falta de nutrientes adequados. O referido usuário deixou de frequentar o grupo logo após o término das entregas das bolsas de alimentação. Sua condição de pobreza material foi agravada pela perda de laços de afeto. Diante da falta de interesse do grupo de idosas em visitá-lo, observamos a expressão, em plano micro, de um individualismo que é engendrado na e pela sociedade, através de processos socioeconômicos e culturais.

Durante as providências para atendimento do usuário através do acesso às obras dos programas de bolsa de alimentação para casos emergenciais e inclusão em benefício assistencial para idosos em condições precarizadas, (o BPC), o idoso

faleceu. A ocorrência de sua morte durante o período em que eram realizados os procedimentos de assistência ressaltou, contraditoriamente, os limites das ações assistenciais junto ao enfrentamento da pobreza, mostrando também sua relevância diante da condição-limite de garantia da subsistência aos que se encontram em vulnerabilidade. O falecimento do último dos integrantes do sexo masculino não pareceu promover maiores repercussões no grupo.

A indiferença com que as idosas lidaram com esse fato expressava a baixa representatividade desse integrante frente ao grupo, ou mesmo a banalização da morte. Banalização desenvolvida pela exposição e vivência da pobreza, entendida aqui de modo ampliado.

De acordo com Yazbek (1993), a pobreza vai além das privações e precarizações que atingem a sobrevivência, mas também passa pela desqualificação dos pobres, de suas representações e prática.

A pobreza estigmatiza a população excluída e subalternizada através de um sistema social que gera e sustenta a ignorância, a precarização do trabalho, moradia, alimentação e saúde. Esse estigma se expressa em marcas exteriores deixadas pela condição de pobreza. Essas marcas podem ser consideradas como “sinais em que muitas vezes se ocultam a resistência e a capacidade dessa população de lutar cotidianamente para sobreviver” (Yazbek, 1993, p.61).

Ainda de acordo com Yazbek (1993), a Política de Assistência Social possibilita aos excluídos o acesso a bens e serviços através de programas e projetos. Diante desses se encontram propostas diversificadas que apontam tanto para o reforço da tutela, quanto para iniciativas de caráter socioeducativo e participativo.

Segundo esta mesma autora, cabe ao campo assistencial estabelecer os critérios de elegibilidade que possibilitam o acesso dos excluídos aos benefícios e recursos concedidos. Se esse acesso não reordena as desigualdades, que estão enraizadas na estrutura social, ao menos possibilita a reprodução da força de trabalho ao viabilizar aos usuários da assistência social as condições de enfrentamento de sua exploração. Dessa forma, a assistência legitima as demandas dos excluídos e amplia o espaço para seu protagonismo.

Os usuários do CEMASI demandavam por benefícios de caráter emergencial (as cestas básicas) e posteriormente pelos de renda indireta, tais como os Programas Bolsa Escola e Bolsa Família (respectivamente, PBE e PBF).

É significativo o fato de que a distribuição de gêneros alimentícios fazia parte de um projeto da Secretaria. Sua concessão também se dava por meio das avaliações dos CEMASI. Posteriormente foi interrompida e substituída pelo PBF.

A relação clientelista constituída entre a comunidade e o poder público através dos benefícios assistenciais não nega a relevância destes na lógica de proteção da assistência, mesmo que consolidando um ciclo vicioso e contraditório de assistência e dependência.

Compreendemos que as relações entre as comunidades do complexo e o poder público construídas ao longo dos anos se mostravam de forma complexa. Ao mesmo tempo em que essas relações reforçaram alguns traços historicamente presentes na cultura política do clientelismo e da tutela, também caracterizaram uma demanda real de um grande número de excluídos por medidas emergenciais de assistência que garantam sua participação, resistência e até sobrevivência.

Em meio a essa complexidade de relações constituídas nas comunidades, verificamos no grupo das idosas a presença de representações que relacionavam valores morais e as diferenças entre as gerações, suas condutas e práticas culturais.

Através da fala das idosas pudemos observar representações sobre modelos idealizados de gestão da família. Tais modelos eram opostos ao modo como atualmente são criadas as crianças e jovens. Indicam-se assim os valores morais considerados sólidos pelas idosas e provenientes de um passado idealizado e construído em sua memória. Valores esses que se contrapõem a condutas tidas como desrespeitosas, degeneradas e próprias da atualidade.

Mais uma vez destacamos a vigência de representações idealizadas de modelos lembrados pelas idosas como modelos de constituição familiar mais valorosos do que os atuais. Esse discurso compõe uma espécie de auto-afirmação, resistência e refúgio em memórias reconstruídas e reelaboradas (Bosi, 1983; Le Goff, 1990; Dalmas & Netto, 2004) frente ao novo, ou seja: às mudanças societárias que repercutem nos arranjos familiares.

A produção dessa concepção pareceu-nos associada à releitura de suas lembranças, e, ao mesmo tempo, vinculada a uma percepção, com estranhamento, de que as gerações têm engendrado práticas e hábitos diferenciados.

Em seu discurso, tal como foi mencionado acima, as idosas demonstram possuir uma desaprovação da forma como os arranjos familiares têm se dado na

atualidade. Contudo seu estranhamento não se estabelece simplesmente frente às modificações na família, mas também em algumas expressões culturais e musicais hodiernas, tais como o Movimento *Hip Hop*, e, mais especificamente, o *Funk*. As integrantes do Grupo de Convivência apontaram esse estilo como sendo negativo, principalmente por conta das letras das músicas, por agredirem seu senso de moralidade ao abordarem explicitamente temáticas sexuais e questões vinculadas ao tráfico de drogas.

As representações demonstraram forte teor moralista e suscitaram o entendimento da vigência de uma matriz religiosa e moral que hierarquiza as práticas consideradas mais ou menos dignas. Esse sensor moral que o grupo demonstrou se apresentava principalmente diante da percepção das mudanças percebidas nas famílias, e principalmente no papel das mulheres, em seu protagonismo e independência da figura masculina. Porém, essas não eram as únicas situações em que as idosas demarcavam seu estranhamento ou desaprovação moral. Quando apareciam contraposições dogmáticas e/ou comportamentais entre católicas e evangélicas, as considerações do grupo apontavam para a existência de diferenças e de valores entre as religiões.

A desvalorização das expressões religiosas demonstrou intolerância e radicalismo (tais como a identificação de elementos católicos em expressões populares, como a Folia de Reis), porém essas mesmas posturas sofriam uma flexibilização diante dos momentos de sociabilidade, durante as festas, danças e cantos. Momentos esses em que “baixava-se a vigilância”. Mesmo a mística católica presente nas festividades de São João era relevada e as idosas que tinham se convertido, há anos, ao movimento evangélico, lembravam e exercitavam suas bagagens e referências culturais.

Essa suspensão da patrulha ideológica e a entrega à sociabilidade pelo grupo era possível diante da solidez em que estão calcadas as identidades e os elementos culturais, além da sensibilidade dos homens às evocações do canto, dança e música.

O poder sutil que as canções folclóricas, as festas e celebrações tradicionais, as canções aprendidas na infância e juventude, realizadas em momentos de festejo e trabalho, compõem o que Oliveira (1996) denomina como *Músicas de Raiz*.

A música e a arte, tomadas de modo geral, constituem formas de comunicação e integração (Fischer, 1981) de alcance profundo. Oliveira (idem)

considera ainda que o canto possui um efeito tonalizador e harmonizador, daí sua capacidade de favorecer a integração nas celebrações e reuniões.

Além dessa flexibilização da vigilância moral, o grupo apresentava uma contradição significativa: a figura paterna da maioria das integrantes era mencionada em um contexto de controle e castração. Figura esta que, juntamente com a família, salvaguardava as virtudes e a educação das filhas por meio de prazos para permanência em festas, bailes e folguedos (festa junina e carnaval). A vigilância paterna só era abrandada com a presença de outros familiares de confiança, ou mesmo quando o evento estivesse vinculado à religiosidade, tais como as procissões.

Entendemos desta forma que várias integrantes do grupo possuíam um passado de castração e de vigilância moral. Elas o criticam e desaprovam o modo como foram educadas. Consideramos significativo o fato de que, apesar da crítica aos encaminhamentos oferecidos pelas suas famílias, as idosas demonstram em suas falas que mantêm um olhar reprovador e vigilante sobre aquilo que foge ao seu padrão de comportamento moral. Entretanto essa vigilância possuía limites que podiam ser reconsiderados diante de experiências lúdicas, voltadas ao lazer, diante da evocação de memórias e conteúdos culturais significativos em sua trajetória. Aqui observamos um jogo de acomodação entre uma rigidez atávica e a flexibilização de representações e práticas assimiladas como patrimônio da identidade cultural.

O registro de músicas apreendido e sedimentado através do tempo se contrapunha ao esquecimento de parte da letra das mesmas, ou mesmo à desvalorização de algumas canções, estilos musicais e festividades (tais como o carnaval e outras festas ligadas à influência da mística católica e à cultura popular). Essa desvalorização geralmente estava vinculada à intolerância e radicalismo religioso acima mencionado. Enquanto algumas canções antigas eram esquecidas, seus refrões, ou parte deles, eram lembrados, provavelmente por conta de sua repetição nas canções e fixação na memória.

Desta maneira, observamos a presença de uma seletividade no registro das músicas. Essa seletividade e validação era perpetuada por conta da interação de três fatores:

- A patrulha e vigilância de um senso de moralidade alimentado por conservadorismos e representações acerca da dignidade de comportamentos, estilos musicais e preconceitos religiosos;
- A representatividade que certas músicas possuíam em suas vidas (geralmente as antigas, e, contraditoriamente aquelas vinculadas às festividades carnavalescas e folclóricas);
- A sociabilidade propiciada durante os momentos de lazer e entretenimento, geralmente em festas e eventos.

Os momentos em que as idosas vivenciavam sua sociabilidade eram aqueles em que elas se permitiam flexibilizar uma moralidade religiosa que fazia parte de sua identidade, mas também negava suas experiências e referências culturais. Essa flexibilização possibilitava ao grupo a rememoração e re-significação de fatos, bem como a troca de experiências, a construção de condições para a criação e o improviso musical.

A atmosfera propícia ao improviso e a eclosão dos conteúdos rítmicos, sonoros e melódicos em torno do canto e percussão, possibilitava a entrega das idosas ao encantamento da criação musical (Oliveira, 1996). Esse estado propiciava momentos de alegria, nos quais a integração do grupo se alimentava com o produto dos sons e com a eclosão de lembranças. Lembranças de células rítmicas de sambas, marchas, canções folclóricas, casos e pessoas que fizeram parte do bloco carnavalesco da comunidade.

Perante a expressão da musicalidade do grupo, realizavam-se referências a arranjos instrumentais de canções populares, ou mesmo a invenção de arranjos próprios, construídos no momento e repassados ao grupo.

Esses momentos em que o grupo se permitia cantar e batucar músicas caipiras, sambas, MPB e modinhas eram permeados pelo ânimo e acompanhados de brincadeiras.

A busca pela manutenção de um clima de lazer e humor caracterizava o grupo e consistia em uma das suas formas de resistência à realidade da subalternidade e exclusão, de acordo com o pensamento de Yazbek (1993).

Dentre os momentos de lazer e sociabilidade que eram mais valorizados, além das festas, os passeios se destacavam, pois possuíam relevância para os idosos pela quebra da rotina que proporcionavam. Uma das idosas, ao comentar

sobre o dia em que levamos o grupo ao Planetário da Gávea, onde participaram de simulações de seu peso em diferentes planetas, comentou: "(...) cheguei em casa, falei que foi maravilhoso, nunca tinha ido".

Era mínimo o acesso dessas idosas aos espaços da cidade vinculados à cultura, lazer, arte e conhecimento. Mesmo morando na Zona Sul, próximos a diversos centros culturais e museus, não os freqüentavam.

Entendemos que esta situação se caracteriza como uma exclusão material e simbólica, auto-infligida. A interiorização da subalternidade, a ignorância dos direitos e a falta de ânimo para exercê-los compõem a vivência da pobreza das integrantes (Yazbek, 1993).

A realização da pesquisa sobre a forma como as idosas reagiam às atividades musicais estava ligada a nossa atuação profissional como assistente social do CEMASI, responsável pela supervisão das atividades do grupo e pelo atendimento de suas demandas através do acesso a programas sociais. Nossa dupla função de pesquisa e supervisão possuía pontos de contato quando realizávamos intervenções no grupo aplicando dinâmicas e atividades.

Uma dessas atividades se dava a partir da utilização de músicas com o objetivo de refletir sobre um tema pertinente para o grupo ou vinculado à programação de algum evento. Observamos no trato com as idosas que essas letras podem ser mais aproveitadas quando a canção é conhecida, ou então quando o tema em debate possui relações imediatas com a realidade do grupo trabalhado. À guisa de exemplo, a utilização da música *Amélia*, de Mário Lago, comprovou isto. É uma canção conhecida e apreciada. Seu conteúdo machista, androcêntrico, propiciou o debate acerca da mudança do papel das mulheres na sociedade, bem como sobre as mudanças nos arranjos e na gestão da família.

A figura da *Amélia* e o conteúdo da letra, porém, apresentou contradições junto às idosas, que ao mesmo tempo verbalizavam não se identificar com a personagem, mas mostravam ter seu comportamento pautado em um modelo explicativo religioso em que "a mulher deve ser submissa ao homem".

Essas e outras contradições caracterizam o perfil do grupo. Ao mesmo tempo em que apontam o rompimento com a exploração, negam o que já sofreram no passado com pais e maridos, também reforçam a subalternidade das mulheres perante sua dignidade, a família e o homem.

O debate suscitado pela letra dessa música foi possível também por conta da pertinência do tema para o grupo de idosas.

Os modelos de comportamento em que a mulher é submissa ao homem faziam parte das referências culturais das idosas, suas histórias pessoais e memória coletiva, que apontavam nessa direção. No entanto, apesar das suas representações estarem permeadas por conservadorismo, também podiam ser utilizadas como meio de luta e resistência à dominação e para transformação de concepções e práticas (Minayo, 2000).

Conforme Le Goff (1990), a memória coletiva dos povos também é fonte de resistência e herdeira de valores e inspirações.

O estudo de uma música conhecida (como Amélia) e a análise crítica de seu conteúdo, correspondem ao pensamento de Fischer (1981) quando este explicita a função da arte de esclarecer com encanto e prazer.

A emissão de gritos, notas altas (às vezes uma oitava acima da melodia que se cantava), sons vocálicos e batuques durante as festas e execução de músicas, compunha uma das formas de demonstração de alegria e de prazer em fazer parte do grupo. As idosas demonstravam esse prazer através desses "arranjos" espontâneos. Os improvisos se davam a partir da participação mais ou menos ativa dos integrantes (cantando e batendo palmas ou percutindo na mesa) e através das idosas com carisma e liderança. Essas é que muitas vezes contagiavam o grupo quando este parecia apático. A "bagunça", o "barulho" e a sonoridade vivenciadas em algumas músicas integrava as idosas que, por sua vez, contavam com esses momentos para atestar que a reunião tinha sido proveitosa, que tinha valido a pena. A percussão das mesas, as palmas, bem como a utilização de instrumentos musicais (chocalhos construídos com sucata, criados pelo grupo), propiciaram momentos de integração e afinação entre as integrantes. Conforme a construção desse "clima", desse vínculo, percebíamos que o grupo intensificava a massa sonora e sua atenção voltava-se cada vez mais para a música.

De acordo com Oliveira (1996), as manifestações espontâneas da musicalidade do grupo correspondia a momentos em que o encantamento propiciado pela criação musical favorecia sua integração e harmonização. As experiências e manifestações sonoras com percussão e voz corresponderiam também à manifestação do potencial criativo que a música propicia. Essas criações musicais, segundo o autor (idem), podem ser entendidas como formas de

comunicação mais sutis do que a verbal, onde a comunicação atua em níveis profundos de percepção, transmissão e recepção de estímulos.

Mesmo diante da prioridade que o grupo atribuía às atividades manuais, a música gerava algum efeito. Durante as atividades de artesanato, a música (cantada e tocada ao violão ou por meio de aparelho de CD) nem sempre despertava o interesse de todas as idosas. Porém, mesmo as que não se envolviam com as canções eram influenciadas pelos seus efeitos. Cantavam mais baixo ou então iniciavam a música quando esta chegava ao fim. Este fato se dava por que o canto é capaz de harmonizar, de sintonizar os sujeitos.

Constatamos então que a música proporcionava a integração do grupo através de vias de comunicação não verbais, além de favorecer momentos de criação musical.

As intervenções com música se deram em meio à conflituosa relação constituída entre nossa dupla função de supervisor e pesquisador. Como técnico do CEMASI, o tempo disponível para a observação do grupo era restrito, cabendo à agente comunitária a atuação imediata junto às idosas. Essa profissional, originalmente, era quem preparava o lanche para os projetos (Grupo de Convivência, PETI, Agente Jovem e "Projeto Conversando..."). Sua formação era restrita e ao mesmo tempo possuía boa relação e empatia junto ao grupo.

O desenvolvimento da pesquisa através da observação participante se realizou tendo como questão fundamental nossas condições objetivas de trabalho. Durante sua execução, era relevante a necessidade de manutenção da vigilância epistemológica (Bourdieu, 1999).

Inicialmente, a demanda que o grupo apresentou por artesanato pareceu desfavorecer atividades com música. Posteriormente, pude averiguar que o grupo possuía diversas necessidades por conta da condição de pobreza e que o espaço da música junto ao fortalecimento do processo de resistência à subalternidade (Yazbek, 1993) era viável, significativo, e não excluía o interesse das idosas por atividades manuais. Em diversas ocasiões foi possível integrar ambas as atividades, fosse através da produção de instrumentos musicais a partir de sucata (instrumentos percussivos, chocalhos de timbre e ornamentação variados), ou através do canto no momento em que se produzia algum tipo de atividade manual ou mesmo após sua produção.

Outra contradição da proposta de trabalho com música esteve presente no processo de investigação. Se, por um lado, o serviço social se caracteriza como uma disciplina generalista, que se adapta as demandas e conjunturas sociais, inclusive, sendo capaz de assimilar abordagens e técnicas diversificadas (Silva 1997), tais como a música, por outro, sua formação, por enquanto, não prevê uma capacitação nas artes (Forti, 1998) e muito menos em música. A mesma exige preparação, estudo e treino.

Podemos pensar em atuações do assistente social com música a partir do canto e da utilização de instrumentos de percussão, não necessariamente na utilização de um instrumento harmônico (tal como um piano, teclado ou violão). No entanto, o profissional deve buscar seu envolvimento e contínua capacitação nessa arte, para que possa ser possível aproveitar seus recursos da forma mais completa possível. Desse modo, entendemos que seja fundamental uma formação básica para o trabalho com música executado pelo próprio assistente social.

Acreditamos que a capacitação continuada seja fundamental, pois o trabalho com qualquer forma de arte demanda uma intimidade mínima com seus recursos. Assim, estudar música para poder utilizá-la com usuários é relevante. Porém, mais do que uma formação extensa e profunda nessa arte é fundamental a vivência dos efeitos dela. A formação do assistente social junto ao trabalho com música exige que o profissional busque conhecer as implicações e interações que as funções da arte em geral e a música, de modo particular, possuem no âmbito da comunicação, memória, cultura, representações e saúde. Essas implicações, somadas ao envolvimento do profissional com a vivência da música, compõem para Oliveira (1996) a capacitação fundamental. Para o autor (idem), aquele que se propõe a utilizar a música para viabilizar equilíbrio, saúde e integração aos sujeitos deve, minimamente, buscar a participação desses sujeitos no processo de vivência musical, bem como a própria participação (do próprio profissional) na experiência com a música, em sua sensibilização e na intimidade com o processo de criação musical.

Ao refletir sobre os desafios colocados aos diversos profissionais que lidam com o envelhecimento na atual conjuntura, em especial ao serviço social, Goldman (1999) também destaca a importância da capacitação continuada acrescentando a importância dos valores éticos na relação entre profissionais e usuários.

Retomando o pensamento de Beauvoir (1990), Goldman (idem) aponta que devido à temática do envelhecimento apresentar questões transdisciplinares e complexas, cabe aos profissionais das diversas áreas que lidam com o idoso se capacitarem também em termos da ampliação da sua sensibilidade.

A autora assevera que as “(...) modificações introduzidas pelo processo de globalização vão implicar transformações profundas no mundo do trabalho” (Goldman, 1999, p.300).

Os desafios postos ao serviço social na contemporaneidade correspondem a sua capacidade de leitura da realidade e na capacidade de dar resposta tanto às demandas do mundo do trabalho, quanto aquelas provenientes de seus usuários, sem esvaziar as conquistas e valores fundamentais da profissão.

Focalizando a relação do serviço social com os idosos, a autora supra citada entende que cabe ao assistente social que pretende trabalhar com o envelhecimento compreender e se apropriar teoricamente das discussões e conteúdo das legislações que dizem respeito ao processo de envelhecimento.

Tendo em vista a aproximação do profissional com a temática, este deve capacitar-se na troca com profissionais de outras áreas e aprender a lidar com a diversidade das problemáticas decorrentes do envelhecimento.

A contribuição para a conscientização dos idosos acerca de seus direitos, o estímulo à sua organização e ao seu protagonismo, compõem parte dos desafios do profissional para um atendimento integral ao idoso.

Compreendemos que é necessário ao serviço social uma capacitação contínua visando a vinculação de suas abordagens teóricas a realidade que determina suas condições de trabalho e atuação.

No trabalho com os idosos, o assistente social é chamado a desenvolver atuações multidisciplinares. Tendo em vista a flexibilidade que a profissão possui para assimilar conhecimentos novos e operar com diferentes instrumentais, o serviço social tem o desafio de dar resposta às demandas de empregadores e usuários sem se desprofissionalizar, mantendo seus compromissos ético-políticos permeados pela coerência.

Desta forma, a utilização da música junto aos idosos configura-se como uma forma de atenção às demandas desse segmento pela valorização de suas bagagens, pela inclusão em contexto de proteção social, sociabilidade e estímulo de suas capacidades criativas.